

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Agravo de Instrumento Processo nº **2134214-54.2024.8.26.0000**

Relator(a): **J.B. PAULA LIMA**

Órgão Julgador: **1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial**

Vistos,

1. Insurgiram-se as agravantes contra a decisão copiada a fls. 80/86, alegando, em síntese, que o artigo 52, inciso II, da Lei 11.101/2005 dispensa expressamente a apresentação de certidões negativas com o objetivo de permitir que o devedor tenha condições de exercer as suas atividades com regularidade, evitando que prevaleçam exigências insanáveis e que impediriam o regular funcionamento de uma devedora em recuperação judicial, a despeito de referida empresa mostrar-se apta ao exercício de suas atividades; que as Recuperandas atuam no ramo de segurança, empresas as quais efetivamente participam de licitações e contratam com a Administração Pública; a título exemplificativo, o Grupo Handz é responsável pela segurança da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); e por isso mesmo que a dispensa das certidões negativas se justifica no presente caso, no qual as Recuperandas possuem todas as condições necessárias à qualificação para os procedimentos de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

licitação relacionados ao setor no qual atuam, mas encontram o obstáculo de referida exigência.

Além disso, não há dúvidas de que a competência para dispensar a apresentação das certidões negativas para fins de contratação com o Poder Público é exclusiva do Juízo Recuperacional.

Aduziram, ainda, que a publicidade dos apontamentos referentes a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial tem causado inúmeros transtornos ao exercício regular das atividades do Grupo Handz; que os apontamentos têm afastado o interesse de potenciais clientes interessados na contratação/renovação de seus serviços, bem como dificultado o fornecimento de crédito por fornecedores, impedindo que as Recuperandas tenham acesso a novos recursos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações que serão assumidas em seu plano de recuperação judicial e; que o objeto do presente agravo de instrumento não é a baixa/cancelamento dos protestos inscritos em nome das sociedades Recuperandas – os quais somente poderão ocorrer após a ulterior homologação do plano de recuperação judicial das agravantes –, mas somente a suspensão de sua publicidade, a fim de garantir que as Recuperandas consigam obter créditos com seus fornecedores e, conseqüentemente, exercer regularmente suas atividades.

Postularam, assim, *“a antecipação dos efeitos da tutela recursal, a fim de que seja determinada a imediata dispensa da apresentação de certidões negativas, especialmente de débitos tributários e trabalhistas, para que as Agravantes possam participar, antes mesmo da*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

aprovação do plano de recuperação judicial, de procedimentos licitatórios, bem como para fins de contratação com novos clientes” e, ao final, o provimento do recurso para confirmar “a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela recursal, bem como deferida a suspensão de apontamentos inscritos junto ao SERASA (apontamentos PEFIN) e demais órgãos de proteção ao crédito, referentes a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.”

2. Na forma do inciso I do artigo 1019 do CPC, o relator do agravo de instrumento poderá deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, enquanto o artigo 300 do referido Código, estabelece que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano.

Em análise superficial, vislumbro a probabilidade de provimento do recurso, pois a dispensa de certidões negativas neste primeiro momento permite que a recuperanda em crise econômico-financeira possa continuar a desenvolver sua atividade empresarial regularmente (art. 52 da Lei 11.101/2005).

Assim, defiro a antecipação da tutela recursal para dispensar, neste momento, a apresentação das certidões negativas de débito.

3. Intime-se a parte contrária para resposta, no prazo legal.

Após ao administrador judicial e à D. Procuradoria e tornem conclusos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Intime-se.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

J. B. PAULA LIMA

— RELATOR —